

Olívio vai combater crise com ataque a sonegador

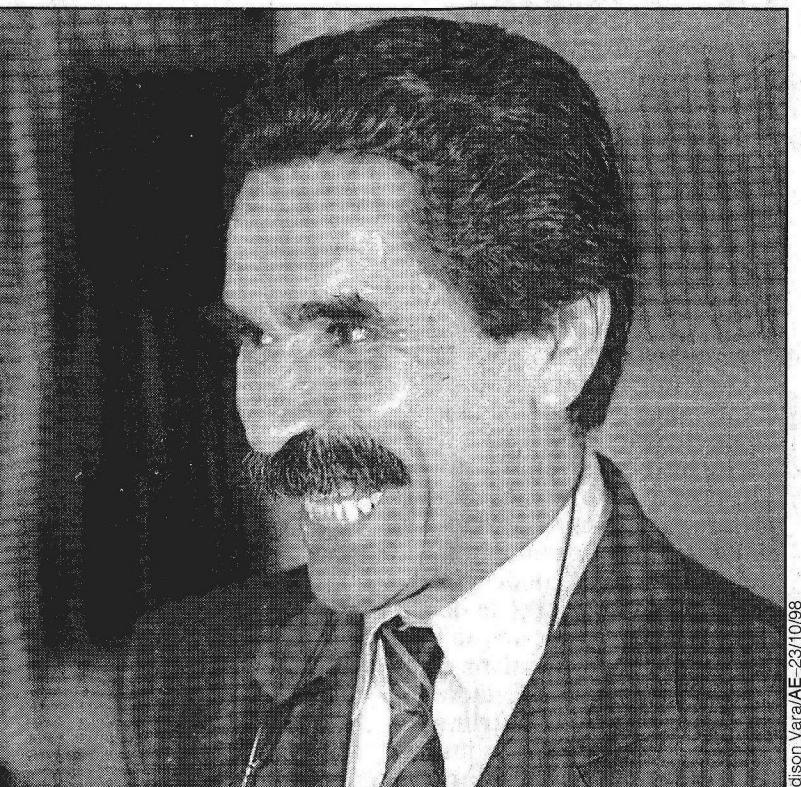
Tática de petista para pôr finanças em dia inclui novos termos para pagar dívida e luta contra o FEF

SÉRGIO BUENO

PORTO ALEGRE – O novo governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), assumirá no dia 1º de janeiro decidido a enfrentar a crise das finanças públicas estaduais com base em duas estratégias. A primeira é arrecadar R\$ 1 bilhão adicionais em ICMS por ano com o combate à sonegação, a revisão das compensações da Lei Kandir e a luta contra o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A outra tática é tentar mudar os termos da renegociação da dívida entre a atual gestão e a União, que compromete 13% da receita líquida do Estado, exigindo, pelos cálculos do partido, um desembolso de R\$ 640 milhões anuais por parte do Tesouro gaúcho.

Arno Augustin, secretário das Finanças de Porto Alegre desde 1992, quando Olívio Dutra executava a primeira das três administrações petistas consecutivas na capital gaúcha, afirma que o endividamento do Estado cresceu de R\$ 6,9 bilhões em 1994 para R\$ 17,5 bilhões atualmente, aí incluídas as estatais e a dívida mobiliária. Principal assessor do novo governador na área econômica durante a campanha deste ano, ele lembra que a participação gaúcha sobre o bolo do ICMS nacional caiu de 8,3% para 6,7% no período.

Até agora, o atual governo vem conseguindo fechar as contas graças a privatizações de estatais como a CRT e partes da CEEE, que já renderam perto de R\$ 5 bilhões. Somente no ano pas-



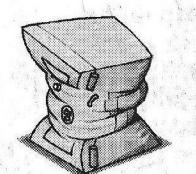
Edison Varella/AE-23/10/98

Governador eleito: críticas à Lei Kandir e fim da política de privatização

sado, conforme dados do balanço geral do Estado, entraram R\$ 1,81 bilhão, que garantiram um superávit orçamentário de R\$ 432 milhões, mesmo com o serviço da dívida consumindo R\$ 1,7 bilhão. Sem esse dinheiro, o resultado se transformaria em déficit de R\$ 1,24 bilhão.

O fenômeno vem se repetindo este ano. Nos nove primeiros meses de 1998, segundo a execução orçamentária do Estado publicada esta sema-

na no *Diário Oficial* pela Secretaria da Fazenda, as receitas de capital corresponderam a R\$ 1,89 bilhão, segurando um superávit de R\$ 853 milhões. No mesmo período, os gastos com amortizações e encargos da dívida já alcançaram R\$ 1,47 bilhão. Mas como em setembro praticamente não houve ingresso de novos recursos de privatização (o saldo é praticamente o mesmo de agosto), o resultado do mês já desceu para



**D
E
M
I
SS
Ã
O**
**E
S
T
Á
F
O
R
A
D
E
C
O
G
I
T
A
ÇÃO**

um déficit de R\$ 95,1 milhões.

Como o PT nem de longe cogita manter a política de privatizações do atual governo para fechar as contas, e muito menos pensa em demitir funcionários para reduzir o comprometimento de 77,4% da receita corrente líquida com a folha de pessoal acumulado em R\$ 3,2 bilhões de janeiro a setembro, a solução é aumentar receita tributária e reduzir o desembolso com a dívida. Entre 1996 e 1997, a arrecadação de ICMS, o principal item na composição das receitas estaduais, caiu 7% – de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 4 bilhões. Este ano, o quadro é de estagnação, pois, até setembro, segundo a Secretaria da Fazenda, o total arrecadado era de R\$ 3,13 bilhões, praticamente o mesmo de igual período do exercício anterior.

Privilégios – De acordo com Augustin, esse “medíocre” desempenho do ICMS está ligado à Lei Kandir, a anistias e privilégios fiscais concedidos a empresas. Junto com o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que voltou ao centro das discussões depois que o pacote de ajuste anunciado esta semana pelo governo federal propôs duplicá-lo e estendê-lo até 2006, a Lei Kandir produziu perdas de R\$ 618 milhões ao Estado e aos municípios do Rio Grande do Sul, calcula o secretário.

Procurado ontem para comentar a situação das contas públicas gaúchas, o secretário interino da Fazenda, Paulo Michelucci, informou, por assessores, que qualquer manifestação só ocorreria a partir de terça-feira, com a volta do titular da pasta, Cezar Busatto, que havia se licenciado para disputar uma vaga de deputado estadual pelo PMDB, cargo para o qual foi reeleito. (Agência Estado)